17-04-2013

ATA Nº. 08/2013**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA DEZASSETE DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E
TREZE.** -----

Aos dezassete dias do mês de abril do ano dois mil e treze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Eng.º Fernando Fidalgo Caçoilo, e dos demais Vereadores, Sr. José Marinho Vaz, Dr.ª Beatriz de Fátima Clemente Martins, Eng.º Marcos Labrincha Ré, Eng.º Paulo Sérgio Teixeira da Costa e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, em regime de substituição, Dr. Rui Manuel Pais Farinha. -----

A reunião teve início às 15.30 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria nº. 76, do dia dezasseis de abril do ano de dois mil e treze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 879.159,36 (oitocentos e setenta e nove mil, cento e cinquenta e nove euros e trinta e seis cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e €757.208,62 (setecentos e cinquenta e sete mil, duzentos e oito euros e sessenta e dois cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 07, da reunião ordinária realizada no dia dezassete de abril do ano de dois mil e treze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

EXPEDIENTE DIVERSO. -----

17-04-2013

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício n.º 10/12, datado de 04MAR13, proveniente da Agência Portuguesa do Ambiente, através do qual, o Dr. Manuel Lacerda dá conta da cessão das suas funções de Vice-Presidente da Agência referenciada em epígrafe, agradecendo a colaboração recebida por parte da Câmara Municipal de Ílhavo, na pessoa do seu Presidente, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves; -----

- Ofício n.º 4931/13, datado de 13MAR13, proveniente da Direção de Serviços da Região Centro, através do qual, a Dr.ª Cristina Oliveira, na qualidade de Delegada Regional, agradece a colaboração prestada pela Câmara Municipal de Ílhavo, na pessoa do seu Presidente, Eng.º José Agostinho Ribau Esteves, bem como do Dr. Rogério Carlos, Assessor do Sr. Presidente para a área da Educação, no âmbito da “Sessão Distrital do Parlamento Jovens do Círculo de Aveiro (Ensino Básico), cuja realização ocorreu no Auditório do Museu Marítimo de Ílhavo. -

- Convocatória, assinada pelo Dr. Élio Maia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADRA - Águas da Região de Aveiro, para uma Assembleia Geral Anual, a realizar no dia 21MAR13, na qual se encontra discriminada a respetiva Ordem de Trabalhos; -----

- Convocatória, assinada pelo Eng.º Marcos Ré, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral Associação de Municípios do Carvoeiro – Vouga, para uma Assembleia Geral Ordinária, a realizar no dia 27MAR13, na qual se encontra discriminada a respetiva Ordem de Trabalhos; -----

- Convocatória, assinada pelo Dr. José Ataíde das Neves, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral ERSUC – Resíduos Sólidos do Centro, SA, para uma Assembleia Geral, a realizar no dia 13MAR13, na qual se encontra discriminada a respetiva Ordem de Trabalhos; -----

- Convocatória, assinada pelo Dr. Élio Maia, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral SIMRIA – Sistema Integrado dos Municípios da Ria, SA, para uma Assembleia Geral, a realizar no dia 21MAR13, na qual se encontra discriminada a respetiva Ordem de Trabalhos; -----

- Convocatória, assinada pelo Dr. Joaquim Morão Dias, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Turismo Centro de Portugal, para uma Assembleia Geral

17-04-2013

Extraordinária, a realizar no dia 27MAR13, na qual se encontra discriminada a respetiva Ordem de Trabalhos; -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----
“MUNICÍPIOS TIMORENSES E OS MUNICÍPIOS PORTUGUESES” - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MANUFAHI E O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente o Acordo de Cooperação referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito, sobre o qual recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“À Câmara para ratificação, -----
 Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----
 12MAR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Acordo. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----
PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----
APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO – EMPREITADA “PRACETA DO MOLHE SUL/REQUALIFICAÇÃO” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Oficial Pública, Dr.ª Ana Patrícia Araújo, datada de 09ABR13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a aprovação da minuta do contrato referenciado em epígrafe, a celebrar com a firma “Henriques Fernandes & Neto, SA”, pelo valor de 231.660,00 €(duzentos e trinta e um mil, seiscentos e sessenta euros), cuja adjudicação ocorreu por deliberação da Câmara Municipal na sua reunião de 20MAR13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara: --
 “Enviar à Câmara para aprovação, -----
 Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----
 11ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente minuta de contrato. -----

CONCESSÃO DA “EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL DA PRAIA DA BARRA” - RECLAMAÇÃO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DA

17-04-2013

AUDIÊNCIA PRÉVIA – RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS ELABORADO PELO JÚRI DO PROCEDIMENTO – ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA.

Presente o documento referenciado em título, elaborado pelo respetivo Júri do Procedimento, datado de 15ABR13, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se dá conta da reclamação supra, apresentada pelo concorrente “Júlio Manuel Rocha Louceiro”, através da qual, diz não reconhecer a fórmula de cálculo do critério do “Valor Global da Rendas”, que se encontrava inscrito no Programa de Concurso. -----

Da análise feita pelo Júri do Procedimento aos motivos invocados pelo já citado concorrente, concluiu o mesmo manter inalterada a classificação então atribuída, onde consta em primeiro lugar, com 4,90 pontos, a proposta da firma Catarino & Associados, Lda, pelo período de 10 anos, no valor de 795.000,00 € acrescidos de IVA, e a conseqüentemente adjudicação do presente procedimento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação definitiva à empresa Catarino & Associados, Lda, nos termos do presente relatório. -----

Na discussão e votação do presente Relatório de Análise, não participou o Sr. Vice-Presidente da Câmara, por se considerar impedido (membro do Júri do Procedimento, e co autor do aludido Relatório), tendo-se ausentado momentaneamente do Salão Nobre onde decorria a reunião. -----

CAIS DOS PESCADORES DA COSTA NOVA - OCUPAÇÃO INDEVIDA DO “ARRUMO C3” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.^a Ana Patrícia Araújo, datada de 04ABR13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que o “Arrumo C3” do já citado Cais dos Pescadores, tem vindo a ser utilizado como habitação por parte do Sr. Bruno Rafael Caçoilo Henriques, o que configura desconformidade com os pressupostos fixados no respetivo Regulamento Interno, cuja aprovação ocorreu por deliberação da Câmara Municipal de 21NOV12, estabelecendo o mesmo (n.º 9 do artigo 12º), que tais situações determinam a caducidade do direito de ocupação de Arrumo. -----

Deste modo, sugere-se a caducidade do direito de ocupação do “Arrumo C3” ao já anteriormente citado munícipe, devendo o mesmo ser notificado para, querendo, pronunciar-

17-04-2013

se sobre a referida intenção do Município de Ílhavo, a qual deverá ocorrer em sede de audiência dos interessados, no prazo máximo de 10 dias. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa:

“Concordo, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º, -----

10ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos do presente parecer jurídico.

CAIS DOS PESCADORES DA COSTA NOVA - OCUPAÇÃO INDEVIDA DO “ARRUMO E6” – INFORMAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior Jurista, Dr.ª Ana Patrícia Araújo, datada de 04ABR13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que a coberto da deliberação da Câmara Municipal de 07NOV12, foi ordenada a cessação de utilização do “Arrumo E6” do referido Cais dos Pescadores, por parte do Sr. Luís Orlando Santos Vieira, por força de o mesmo ter vindo a utilizar aquele Arrumo como habitação. -----

Em sua defesa, o visado alegou que não possuía condições financeiras que lhe permitissem pagar uma renda de casa, mas que, até ao final do mês de dezembro do ano transato abandonaria o Arrumo. -----

Acontece, porém, que não obstante as diversas notificações remetidas ao já citado munícipe, a cessação de utilização do Arrumo não foi cumprida (conforme puderam apurar os Serviços de Fiscalização da CMI), sugerindo-se deste modo, que a CMI delibere pela caducidade do direito de ocupação do Arrumo de que o Sr. Luís Orlando é titular, devendo o mesmo ser notificado para se pronunciar sobre a referida intenção, em sede de audiência de interessados, no prazo máximo de 10 dias. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Paulo Costa:

“Concordo, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, Eng.º, -----

10ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos do presente parecer jurídico.

ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA. -----

17-04-2013

PLANEAMENTO FISICO. -----**REVISÃO DO (PDM) PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÍLHAVO – PROPOSTA. -**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1. O facto da Comissão Mista de Coordenação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo (PDM) ter aprovado a proposta da Câmara Municipal de Ílhavo (CMI), na sua reunião de 15 de abril de 2013 realizada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, com o compromisso da CMI introduzir os vários e pequenos ajustamentos nos termos da ata da referida reunião (em anexo), que se integrarão até ao primeiro dia da Discussão Pública; -----

2. A importância do PDM como instrumento de ordenamento e gestão do território, da maior relevância, que exigiu um trabalho muito intenso da CMI e da Equipa Técnica Interna que desenvolveu todo o trabalho em interação com todas as Entidades envolvidas no processo; ----

3. Que os principais objetivos que a CMI definiu para esta Revisão do PDM foram alcançados, nomeadamente: -----

a) Ampliação da Zona Industrial da Mota (a nascente da atual e com frente para a Estrada da Mota); -----

b) Integração em área urbana da maior parte dos “miolos” dos quarteirões da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação, da Gafanha do Carmo e de Vale de Ílhavo, propiciando um desenvolvimento urbano em malha homogénea, com o aumento da profundidade do lote edificável de 30 para 40 metros; -----

c) Manutenção dos objetivos dos Equipamentos Turísticos, nomeadamente a Marina da Barra, o Aldeamento Turístico da Quinta da Boavista e a Vista Alegre; -----

d) Alteração da Rede Viária Estruturante, acabando com a Via de Cintura Externa à cidade de Ílhavo (que é substituída pela Via de Cintura Interna Nascente e pela Via de Ligação entre a Zona Industrial das Ervas e a Zona Industrial da MarGrês / Quinta Nova), acabando com a Via de Acesso a Vagos na Gafanha D’ Aquém (que é substituída pelo canal da Estrada Florestal N°1) e assumindo a nova Ponte sobre o Canal de Mira da Ria de Aveiro a sul da Gafanha do Carmo (no limite com o Município de Vagos); -----

17-04-2013

e) Definição de ordenamento da Área Portuária do Porto de Aveiro, com fixação da área industrial e da área da plataforma logística; -----

f) Valorização urbana e ambiental da margem nascente do Canal de Mira da Ria de Aveiro, na Gafanha da Encarnação (desde a Ponte da Barra) e na Gafanha do Carmo (até ao limite sul do Município); -----

g) Redefinição das unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG's), diminuindo o seu número; -----

4. A proposta de Revisão do PDM está pois em condições de ser sujeita a Discussão Pública, assumindo a CMI o compromisso de promover a sua divulgação, estimulando os Cidadãos a participar neste processo, dada a sua grande importância: -----

Proponho: -----

1. Que o Executivo Municipal aprove a Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo, que se anexa; -----

2. Que o Executivo Municipal proceda à abertura da Discussão Pública por um período de 30 dias, utilizando os sete dias da semana de forma a facilitar a vida aos Cidadãos que têm dificuldade de proceder à consulta dos documentos nos dias úteis e utilizando os vários meios de comunicação disponíveis, nos termos do aviso anexo; -----

3. Que desta deliberação se dê a devida publicitação. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

Ass) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

15ABR13". -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Proposta. -----

No final da presente votação, foram presentes as seguintes declarações de voto: -----

A dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista: -----

- “O processo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Ílhavo, foi iniciado em 2003, Despacho nº 15828/2003 publicado no Decreto-lei 187 de 14 de Agosto-II Série.-----

Considerando os pressupostos que estiveram na base para a revisão do PDM de Ílhavo e pelo tempo decorrido, criaram-se enormes expectativas para o território, quanto à estratégia para o desenvolvimento urbano, económico, pela promoção das atividade económicas tradicionais ou

17-04-2013

de nova geração, para o incremento do turismo e pelas preocupações ambientais de desenvolvimento sustentável. -----

De facto atendendo ao então contexto socio – económico (2003), já era urgente proceder á revisão do PDM de Ílhavo, de resto como já era assumido. Hoje em 2013 o sentido de urgência é ainda mais premente. -----

Analisados os documentos produzidos e sem pôr em causa o envolvimento humano e material que todo o processo implica, constatamos que o reconhecimento da proposta ao nível das entidades que o acompanham, ainda está sob muitas reservas. -----

De notar em especial o parecer final, compilado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR), em que verificamos que aparte as questões legais/técnicas, que pressupomos que a equipa sanará, a própria CCDR se interroga sobre o resultado deste exercício, pondo em causa a falta de dimensão estratégica da Proposta. -----

Este facto não seria demasiado relevante, uma vez que a política para o concelho é ditada pelos interessados, os munícipes e por quem os representa, mas acaba por alinhar pelo nosso sentimento de que afinal o PDM não é mais do que uma adequação da cartografia à realidade atual, que acabou por incluir uma ou outra indicação de um eixo estruturante, (ponte no limite do concelho), um PCI, uma reformulação da frente de ria nas Gafanhas do Carmo e Encarnação e da identificação de projetos privados de interesse turístico. -----

Consideramos redutor. -----

De facto, verificamos que no âmbito temporal em que o plano terá de vigência (10 anos), o que se proporciona como estratégico para o desenvolvimento sustentado do concelho, resulta numa única resposta (PCI). Também neste caso do PCI, o Partido Socialista já teve oportunidade de se pronunciar a favor de uma reavaliação quanto ao seu desenho concreto. ---

Entende o PS que se poderia mais longe. Onde falha: -----

- Estruturação de uma malha urbana com vazios destinados a uma utilização pública, integrada numa rede, de uma forma geral, mas principalmente na Gafanha da Nazaré (espaços de utilização pública com especial ligação à Ria) bem como de vias marginais à laguna de S. Salvador e a implementação de ciclovias intermunicipais; -----

- A definição clara da vocação turística do concelho. Como se reflete no PDM ao nível do

17-04-2013

espaço urbano e das medidas que potenciam uma conjugação de interesses atividades económicas / turismo / lazer, por exemplo, uma rede de cais públicos utilizáveis; -----

-Promover as atividade na Laguna, que compromissos e condições para operar, locais de apoio na margem; -----

- Considerar a nova praia a sul da Costa Nova; -----

- Reformular a via urbanizável a nascente do Caminho do Praião na Gafanha do Carmo; -----

- Uma melhor definição de planeamento estratégico das Zonas Industriais da Mota e das Ervasas (justificando assim as novas e renovadas vias de acesso); -----

- Verifica-se uma pressão do alargamento da malha urbana, revelando esta, que o instrumento de planeamento responde essencialmente a questões de interesse privado, não motivando a concentração e coesão das cidades e dos seus espaços urbanos já consolidados, secundarizando o interesse público, nomeadamente não privilegiando mais áreas verdes e planos de água; -----

Neste sentido, também o PS dá um parecer favorável “condicionado”. -----

Entendem os Vereadores do PS que o instrumento de planeamento apresentado é de importância vital para o ordenamento e gestão do território de Ílhavo, facto, pelo que, tem chamado à atenção ao longo os últimos anos para a urgência desta revisão, dada a necessidade de resolução da situação presente e principalmente da necessária projeção de futuro numa lógica de identificação de eixos estruturantes para o desenvolvimento sustentável de Ílhavo. -- Assim, e sem prejuízo da eventual apresentação de outros considerandos no âmbito da discussão pública, os Vereadores do PS confiando no atendimento da Câmara aos pedidos constantes dos pareceres das diversas entidades, votam favoravelmente a proposta de revisão do PDM de Ílhavo. -----

Os Vereadores do Partido Socialista, -----

Ass.) José Marinho Vaz. -----

Ass.) Ana Margarida Santos Bastos. -----

Ílhavo, 17ABR2013. -----

A do Presidente da Câmara e dos Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata: ----

- “A proposta que apresentamos e votamos favoravelmente, é, em primeira instância, um ato de respeitabilidade pelo facto de termos cumprido com os objetivos principais iniciais,

17-04-2013

nomeadamente, a ampliação da Zona Industrial da Mota; a integração urbana da maior parte dos “miolos” de quarteirões da Gafanha da Nazaré, da Gafanha da Encarnação, da Gafanha do Carmo e de Vale de Ílhavo; o cumprimento do importantíssimo objetivo para muitos cidadãos de aumentarmos a profundidade do lote edificável de 30 mts para 40 mts; a manutenção dos empreendimentos turísticos da Marina da Barra, do Aldeamento da Quinta da Boavista e da Vista Alegre; a alteração da Rede Viária Estruturante, terminando com dois objetivos que se tornaram dispensáveis, a Via de Cintura Interna a Ílhavo e a Via de ligação a Vagos pela zona de Sanchequias, substituindo-as por uma Via de ligação não urbana, entre a Zona Industrial das Ervasas e a zona onde se localizam as indústrias “MarGrés” e “Quinta Nova”, e a transformação da Estrada Florestal n.º 1 numa via integrante da rede viária estruturante com ligação à nova ponte sobre o Canal de Mira da Ria de Aveiro, no limite Sul do nosso Município. -----

Além disso, alcançou-se também o objetivo da definição do ordenamento da área portuária de Aveiro, na Gafanha da Nazaré, que se encontrava fora do atual PDM, deixando definidas as zonas de localização industrial e a área da plataforma logística. -----

Com este documento, conseguimos também o cumprimento do objetivo de valorização urbana e ambiental do Canal de Mira da Ria de Aveiro, desde a ponte da Barra, no limite Norte da Gafanha da Encarnação, até ao limite Sul do Município de Ílhavo, na Gafanha do Carmo. Conseguimos igualmente, em ordem a facilitar e agilizar a gestão urbana do nosso Município, diminuir e redefinir o número de “unidades operativas de planeamento e gestão”, vulgarmente conhecidas por “Planos de Pormenor”. -----

Deste modo, importa salientar que a nossa atitude foi de plena coerência e de quem lutou para chegar ao fim deste processo concretizando a esmagadora maioria dos objetivos que tinham sido previamente definidos. Esta Revisão do PDM, não é um exercício de adequação de cartografia, mas sim uma proposta que visa valorizar, na ótica da dimensão qualitativa, o PDM do Município de Ílhavo, facultando uma melhor capacitação territorial, propiciando as melhores condições para elevar a qualidade de vida dos nosso concidadãos, ao mesmo tempo que proporciona condições mais atrativas para o acolhimento de operações económicas com mais qualidade e agilidade no que concerne aos procedimentos administrativos, marcando

17-04-2013

bem uma atitude de mais atenção e maior zelo na gestão, que se quer cuidada, de todo o nosso território municipal. -----

Esta proposta de Revisão do PDM (que a Câmara Municipal acaba de aprovar), é uma proposta que tem por parte dos eleitos do Partido Social Democrata uma atitude absolutamente coerente e séria, não sendo como o “outro”, que diz muito mal e, ao mesmo tempo, não apresenta qualquer proposta objetiva de alteração, optando, hipocritamente, pelo voto favorável, porque, de facto, não faz qualquer sentido dizer mal desta proposta, que é de assinalável qualidade. -----

Daqui em diante, iremos fazer o que fizemos até aqui, isto é, um trabalho de diligência aberta junto dos cidadãos, no sentido de dar a conhecer esta proposta em sede de discussão pública, com duas certezas: uma, a de que respeitaremos todas as propostas que viermos a receber fruto da discussão pública deste processo; a outra, a de que apenas acolheremos as propostas de alteração que visem uma mudança qualitativa da proposta inicial. -----

Todo o processo conducente à Revisão do PDM, exige uma nota de público agradecimento, nomeadamente à equipa técnica da CMI que geriu este processo, ao Presidente da Câmara e aos Vereadores com funções delegadas, bem como a todas as entidades (cerca de 20), que estiveram envolvidas na “Comissão Mista de Coordenação”, que gerindo as suas limitações e perspectivas, deram, globalmente, um contributo positivo na gestão deste processo. Lembramos ainda, que este processo nasceu e terminará por força do nosso mérito. -----

Por tudo isto, o Presidente da Câmara e os Vereadores eleitos pelo PSD, trouxeram à discussão esta proposta e votaram-na favoravelmente, porquanto a consideram positiva, consistente, coerente, séria, e que, seguramente, irá criar condições para continuar a promover a qualificação do nosso território, e bem assim, elevar os padrões de qualidade de vida dos nossos Municípios. -----

Os eleitos pelo Partido Social Democrata, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins -----

Ass.) Marcos Labrincha Ré -----

Ass.) Paulo Sérgio Teixeira Costa. -----

17-04-2013

Ílhavo, 17ABR13”. -----

CONSTRUÇÃO PARTICULAR. -----

LOTEAMENTO. -----

- O registado com o n.º 5285, Pº 103/11 em 2013/04/08, respeitante a PCI – Parque de Ciência e Inovação, SA, residente na Av.ª 25 de Abril, Ílhavo. -----

Em minuta, foi deliberado por maioria deferir nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam, 2013/04/15 5285/13 1, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/04/15, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

Na presente votação, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, Sr. José Marinho Vaz e Dr.ª Ana Margarida Santos Bastos, votaram contra, tendo os demais Membros da Câmara votado favoravelmente. -----

INFORMAÇÃO PRÉVIA DE LOTEAMENTO. -----

- O registado com o n.º 18667, Pº 310/10 em 2012/11/20, respeitante a Ramiro Manuel Magueta Fernandes, residente na Rua Padre Joaquim da Rocha, n.º 466, Vagos. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade **indeferir** nos termos da informação DOPGU e do despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré. -----

A informação tem a referência DOPGU/noemiam, 2013/04/08 18667/12 6, e é da responsabilidade da Técnica Superior da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Eliana Castro, e o despacho do Sr. Vereador, Eng.º Marcos Ré, está datado de 2013/04/13, os quais se dão aqui por integralmente transcritos e constam do respetivo processo. -----

LOTEAMENTO – EMISSÃO DE ALVARÁ. -----

- O registado com o n.º 1461, Pº 257/11 em 2013/01/25, respeitante a Maria Regina Tavares de Noronha Lebre, residente na Rua da Chaparra, n.º 34, Quinta do Picado, Aveiro. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade deferir nos termos da informação DOPGU. -----

17-04-2013

A informação tem a referência DOPGU/noemiam, 2013/03/25 1461/13 7, e é da responsabilidade da Chefe da DOPGU – Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana, Arqtª Noémia Maia, o qual se dá aqui por integralmente transcrito e consta do respetivo processo. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

EMPREITADA DE “CAMPO DE FUTEBOL DA VISTA ALEGRE” – ERROS E OMISSÕES – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 03FEV13, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que foram apresentadas por alguns concorrentes “Listas de Erros e Omissões”, tendo sido suspenso o prazo para a apresentação de propostas. -----

Face ao conteúdo das “listas” acima mencionadas (que não conduzem à alteração do preço base), defende-se que as mesmas sejam aceites pelo Executivo Municipal, sugerindo-se ainda que o novo prazo para a entrega das propostas seja o dia 09ABR13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

“Aprovo a Lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação, -----

O Vereador, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

03ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar. -----

EMPREITADA DE “REPARAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS IMÓVEIS” – ERROS E OMISSÕES – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. --

Presente a informação supra, datada de 09FEV13, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que foram apresentadas por alguns concorrentes “Listas de Erros e Omissões”, tendo sido suspenso o prazo para a apresentação de propostas. -----

17-04-2013

Face ao conteúdo das “listas” acima mencionadas (que não conduzem à alteração do preço base), defende-se que as mesmas sejam aceites pelo Executivo Municipal, sugerindo-se ainda que o novo prazo para a entrega das propostas seja o dia 14ABR13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

“Aprovo a Lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação, -----

O Vereador, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

09ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar. -----

EMPREITADA DE “VIAS MUNICIPAIS – CONSERVAÇÃO E ABERTURA DE NOVAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA FLORESTAL N.º 1 – 1ª FASE” – ERROS E OMISSÕES – INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, datada de 04FEV13, elaborada pela Chefe da DOIA, Eng.ª Paula Oliveira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que foram apresentadas por alguns concorrentes “Listas de Erros e Omissões”, tendo sido suspenso o prazo para a apresentação de propostas. -----

Face ao conteúdo das “listas” acima mencionadas (que não conduzem à alteração do preço base), defende-se que as mesmas sejam aceites pelo Executivo Municipal, sugerindo-se ainda que o novo prazo para a entrega das propostas seja o dia 09ABR13. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Vereador, Eng.º Fernando Caçoilo: -----

“Aprovo a Lista de Erros e Omissões. Enviar à Câmara para ratificação, -----

O Vereador, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, Eng.º, -----

04ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

AÇÃO SOCIAL. -----

FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –

17-04-2013

COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados por Anabela Simões Branco Verdade, Conceição Filomena Costa Duarte e Maria Emanuel Teiga Vilela e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 234 de 05/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados: -----

- Anabela Simões Branco Verdade: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Conceição Filomena Costa Duarte: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses; -----

- Maria Emanuel Teiga Vilela: participação no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

12ABR13”. -----

17-04-2013

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
CERCIAV – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Cristina Maria Claro Gonçalves, El Mostafa Kharouch, Emília Maria Pereira Santos, Maria Helena Mendes Bolhão e Sabrina Gonzalez e cujas informações sociais se anexam. -----

4.º - Que a CERCIAV se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à CERCIAV, no valor de 2.813,44 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----

17-04-2013

12ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) À
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÍLHAVO – APOIO AO ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO – PROPOSTA.** -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Eng.º Paulo Teixeira Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, no artigo 64.º, n.º 4, alínea c) e na Lei 159/99, de 14 de setembro, artigo 13.º, n.º 1, alínea h) e artigo 23.º, onde se encontram previstas as competências na área da Ação Social. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por Conceição Filomena Costa Duarte e Maria Fátima Silva Morado Sousa e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que a Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de um apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado acima identificado, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2013, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual à Santa Casa da Misericórdia de Ílhavo, no valor de 893,52 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Ação Social, -----

17-04-2013

Ass.) Paulo Teixeira Costa, Eng.º -----
12ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

CULTURA. -----

TIPOLOGIA DOS PREÇOS DOS BILHETES CCI/CCGN – PREÇOS DOS BILHETES PARA O TRIMESTRE ABRIL/MAIO/JUNHO 2013. -----

INFORMAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Presente a informação supra, elaborada pelo Diretor do Centro Cultural, Dr. José Pina, datada de 22MAR13, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere qual a tipologia a seguir relativamente aos preços dos bilhetes para ambos os Centros Culturais, considerando a programação para o já citado trimestre. -----

Sobre a presente informação, recaiu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara: -----

“Autorizado, com cópia ao Chefe da DAG, -----

Ass.) José Agostinho Ribau Esteves, Eng.º, -----

12ABR13”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar a decisão do Presidente. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes dois Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1º - Da Empreitada “Regeneração Urbana de Ílhavo – Casa da Música de Ílhavo” – 7ª Situação Contratual, no valor de €17.516,83 (dezassete mil, quinhentos e dezasseis euros e oitenta e três cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Encobarra - Engenharia, SA. -

2º - Da Empreitada “Parque Desportivo do Bairro dos Pescadores da Costa Nova” – 4ª Situação Contratual, no valor de €185.038,65 (cento e oitenta e cinco mil e trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), adjudicada à firma: Paviageméis – Pavimentações de Azeméis, LDA. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes autos e proceder ao seu pagamento. -----

INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO. -----

17-04-2013

Terminada a Ordem do Dia, eram 17.30 horas, e dado que se encontravam presentes no Salão Nobre onde decorria a reunião, dois munícipes a quem pudesse ser concedida a palavra, foi, ato imediato, pelo Sr. Presidente da Câmara, permitido o uso da palavra a: -----

Manuel Júlio Sardo, morador na Rua da Mota n.º 60, Gafanha de Aquém, que colocou as seguintes três questões: -----

A primeira, relativa a um terreno de sua propriedade, no sentido de saber se o mesmo irá ser contemplado como artigo urbano, ou se irá continuar como artigo rústico; a segunda, para saber se o terreno que tem servido de estaleiro às obras na Escola do primeiro ciclo do ensino básico daquele lugar da Freguesia de S. Salvador, irá, também ele, deixar de ser terreno para fins agrícolas e passar a urbano; por fim, dar conta da necessidade da existência de um Cais dos Pescadores no citado lugar da Gafanha de Aquém. -----

Na resposta, o Sr. Presidente da Câmara, começou por dizer, relativamente à primeira questão, que em reuniões de Câmara desta natureza, não se tratam de questões com aquela índole de particularidade, dando conta, no entanto, que se o munícipe assim o desejar, o Presidente da Câmara terá toda a disponibilidade para dar conta do atual estado do processo, muito em especial, agora que se irá proceder à discussão pública do PDM, instrumento de gestão e planificação territorial que alberga este tipo de questões. Do mesmo modo, e no que concerne à segunda questão, o Presidente da Câmara afirmou não dispor naquele preciso momento dos dados relativos àqueles terrenos, pelo que só a observação em concreto poderia determinar uma resposta tão precisa quanto possível. -----

Quanto à última questão colocada pelo munícipe acima referenciado, cumpre dar conta de que o processo está sob a alçada da empresa pública “Polis da Ria de Aveiro”, sendo que o projeto que levará à edificação do aludido Cais dos Pescadores já tem projeto, encontrando-se em fase de apreciação de candidatura para obtenção de financiamento comunitário, através do designado “Programa Operacional das Pescas”. Após a aprovação dos procedimentos ora discriminados, a “Polis da Ria de Aveiro” levará a concurso público a realização da aludida obra. -----

João Patrocínio, residente na Rua da Coutada, em Ílhavo, na qualidade juriconsulto e representante de vários munícipes seus clientes, que veio colocar uma questão que se tornou premente, relativa às taxas de domínio público marítimo, mormente na zona da

17-04-2013

Coutada, na Freguesia de S. Salvador/Ílhavo, dando conta das preocupações dos seus representados, que se vêem confrontados com a apresentação da liquidação das citadas taxas. Para além de, em muitos casos, ser a primeira vez que tal acontece. Acresce, que os valores solicitados são muito significativos, indo somar-se aos valores, também eles revistos, do IMI, estando esta situação a deixar as pessoas neste processo envolvidas muito preocupadas e revoltadas. -----

Deste modo, pretende-se saber o que pensa a Câmara Municipal sobre este assunto, e quais as diligências que já tomou ou pretende tomar para obviar ou mesmo sanar estas desconformidades, quer junto do INAG, quer junto da ARH/Centro. -----

Na resposta, o Sr. Presidente da Câmara, começou por dar as “boas vindas” daquele causídico a este processo, na medida que a Câmara Municipal de Ílhavo, também ela, nos seus procedimentos e relacionamentos institucionais, tem tentado resolver esta questão nos últimos anos, junto das entidades competentes do Governo de Portugal. -----

Foi ainda referido pelo Sr. Presidente da Câmara, que o problema encerra três dimensões, a saber: o absurdo da sobreposição da taxa dominial (a TRH) com o IMI; a incorreta interpretação dos limites do domínio público hídrico com a área urbana, e, por fim, a questão do destino final da dita taxa, que deveria servir para cuidar da área do domínio público e que, até à presente data, não se vislumbrou tal atuação por parte de quem a incorpora no seu orçamento privativo. -----

Importa ainda referir, que a Câmara Municipal de Ílhavo, per si (no âmbito do seu envolvimento institucional neste processo), se encontra totalmente disponível para ajudar os cidadãos do nosso Município que entendam agir junto das entidades que tutelam estas matérias. -----

Para o Sr. Presidente da Câmara, este processo só terá um fim, se e quando, for feita uma reforma profunda na legislação sobre esta matéria, cuja iniciativa cabe ao Governo e à Assembleia da República. -----

E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 18.35 horas. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata que eu,

, servindo de Secretário, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Câmara, que presidiu à reunião. -----